
Dilemas da segurança pública no Brasil

ALBA ZALUAR

O tema da violência invadiu o imaginário social e a discussão intelectual rápida e surpreendentemente. A redução da explicação da criminalidade violenta à pobreza e à desigualdade impede um entendimento mais complexo da questão. As proposições sobre a existência de uma cultura da violência e do monopólio legítimo da violência, ambas falsas, terminam por dificultar a compreensão dos diversos conflitos na arena social e política. As interconexões entre a economia legal e a ilegal nos tráficos é também pouco acionada nas teorias necessárias para políticas públicas mais eficazes e democráticas. Sofremos sobretudo do excesso de maniqueísmos e de esquemas simplificados que rapidamente se disseminam nas matérias jornalísticas sobre os temas.

A afirmação de que a pobreza é a causa da criminalidade, repetidamente utilizada na defesa dos pobres na mídia, acaba por justificar a preferência, carregada de suspeitas prévias, que policiais têm pelos pobres. Além disso, baseia-se no pressuposto utilitarista de que, movido pela necessidade, o homem agiria apenas para sobreviver e para levar vantagem sobre os demais. Há uma redução de complexa argumentação para o primado do *Homo economicus*, comandado exclusivamente pela lógica mercantil do ganho e a necessidade material. Esta é uma das dimensões a serem consideradas, mas de fato explica a ambição de enriquecer de todos, sem importar o nível de sua renda e a sua origem social. Estudos recentes mos-

tram que os pobres são as maiores vítimas de furtos, roubos e assassinatos, estes últimos nos locais onde o tráfico de drogas domina e não há policiamento que proteja a população.

O argumento economicista não deixa, sobretudo, enxergar a dimensão do poder, do simbólico e da paixão destrutivos: o triunfo sobre o outro, o orgulho pela destruição do outro, o prazer de ser o senhor da vida e da morte, o gozo no excesso da liberdade na festa dentro da comunidade dos comparsas, presente tanto em assaltos à mão armada quanto em grandes massacres. Wolfgang Sofsky, sociólogo alemão que estudou o terror e escreveu um tratado sobre a violência, narra com crueza o que vem a ser essa paixão. Escolhe para ilustrá-la, o personagem Gilles De Rais, nobre francês contemporâneo de Joana D'Arc que adquiriu o gosto de matar durante a Guerra dos Cem Anos e continua a fazê-lo quando não há mais guerra. Caçou, torturou e matou meninos com a ajuda de seus servos, conforme suas confissões. Essa redução da criminalidade violenta à pobreza tampouco permite analisar os efeitos inesperados da criminalidade violenta que aumenta a pobreza e os sofrimentos dos pobres. Isto na medida em que os obriga a viver entre dois fogos e duas tiranias – a dos traficantes e a das polícias. Impede também o acesso aos serviços e instituições do Estado presentes, tais como escolas, postos de saúde, quadras de esporte, vilas olímpicas etc com as restrições ao ir e vir dos moradores e dos profissionais que atendem a população pobre. Também ameaça os jovens pobres que, em função da atividade que exercem em seus empregos, são obrigados a entrar em favelas 'inimigas' e são mortos enquanto trabalham para viver, caso sejam reconhecidos como moradores de favelas inimigas.

Contam-se sobretudo os mortos e os danos para avaliar o crescimento da violência. A mídia e muitos pesquisadores debruçam-se sobre as últimas estatísticas oficiais como se fossem assim compreender tudo e resolver o problema. Contudo, além dos mortos e feridos que podem ser contabilizados em delegacias e hospitais, há também que se levar em conta os sofrimentos psíquicos e morais. Os primeiros são visíveis e publicizáveis. Os segundos são

invisíveis e deles pouco se fala. As vítimas da violência que sobrevivem não têm apenas as deficiências físicas que decorrem das agressões sofridas. As marcas traumáticas no seu psiquismo são tão ou mais graves e muitas jamais cicatrizam. Parentes e amigos das vítimas que sobrevivem têm também o seu ordálio de sofrimentos. A própria humilhação cotidianamente sofrida por jovens (homens e mulheres) que não podem dizer não aos chefes muito bem armados das quadrilhas, nem aos policiais que se comportam também como déspotas nos locais onde suas ações não podem ser denunciadas por causa do terror já implantado entre seus moradores. Denunciar a polícia como instituição, numa tentativa infantil de afirmar que não se precisa dela, é negar sua importância crucial na garantia dos direitos civis ou humanos - o direito à vida e à propriedade - e abdicar de torná-la mais capaz de um controle democrático da criminalidade que vitimiza principalmente os pobres. É preciso, portanto, modificar a polícia e seus métodos de enfrentamento dessa situação terminal com a máxima urgência. Acabar com a guerra entre comandos e policiais versus bandidos, para preparar policiais e moradores nas novas relações de cooperação que se fazem necessárias.

A ausência do monopólio legítimo do uso da violência é que gera o medo e a violência disseminada no social. Este monopólio, que nunca existiu no Brasil, agora, com o armamento do crime organizado, dos grupos de extermínio e dos justiceiros, das empresas de segurança privada, continua não existindo ainda mais claramente do que há algumas décadas atrás. Mas o Estado brasileiro nunca foi suficientemente forte para impedir o uso da violência privada pelos proprietários de terra, por grupos particulares de segurança e, nas três últimas décadas, do crime-negócio. Mais uma razão para não negar o medo e confundi-lo com ideologia manipulada pela mídia. O medo pode ser exagerado ou manipulado situacionalmente. Contudo, o estado brasileiro nunca cumpriu nem medianamente a principal função de todo o estado: dar segurança a seus cidadãos, um direito muito valorizado por todos, sem importar a escolha sexual, a religião, a cor da pele, o gênero, o nível de renda,

a escolaridade etc.. Portanto, o medo é, digamos, estrutural, está na condição de sujeito deste Estado. Isto é particularmente importante para todas as categorias minoritárias que não possuem os meios para sua defesa no caso de ataque de quem está mais bem armado. Esses grupos precisam da proteção estatal contra seus predadores.

Hoje, portanto, trata-se da perda do monopólio estatal de violência legítima, fundamento da soberania, em proveito de empresas privadas de segurança, de grupos ou indivíduos fortemente armados com armas de calibre apenas permitidos às Forças Armadas mas em mãos de membros de organizações ou redes transnacionais do crime. Nos Estados Unidos, que detém 43% do mercado de armas no mundo, existem hoje 67 milhões de pessoas armadas ou 70 milhões de armas, sendo produzido, a cada ano, mais de 1,5 milhão delas. O comércio internacional e o tráfico transnacional de armas convencionais de guerra movimentaram 22,8 bilhões de dólares em 1995, destinadas seja aos países em guerra civil, seja às máfias ou bandos armados que assolam quase todas as regiões do planeta. Ou seja, embora legalmente comerciada em seus países de origem, entram ilegalmente em países do chamado Terceiro Mundo, entre os quais o Brasil. Um estudo do Viva Rio, feito por Dreyfus e Nascimento estimou em 17.325.704 milhões o número de armas de fogo, no país, 1.031.386 com integrantes das Forças Armadas; 715.224 com profissionais da segurança pública, magistrados, oficiais de justiça e categorias vinculadas ao sistema judiciário; 6.815.445 com civis, incluindo-se colecionadores e esportistas; e 8.763.614 armas ilegais, nas mãos de civis (das quais 3.995.970 estariam com criminosos). Impressiona a precisão dos dados, que só podem se referir àquelas armas que estão registradas. As ilegais, que nunca foram contadas, nos dois sentidos do termo, só podem ter estimativa grosseira. Em sentido contrário, outros estudos e levantamentos demonstram ser muito pequena a importância da arma de fogo na cultura brasileira, ao contrário da americana, por razões históricas. Ao longo dos séculos XIX e XX não ocorreram conflitos religiosos, étnicos ou políticos nacionais que tenham resultado no

armamento da população civil, como aconteceu nos Estados Unidos, na Colômbia e outros países.

De acordo com o General Social Survey dos EUA, 45% dos domicílios têm uma arma de fogo e em mais da metade destes domicílios, mais de uma arma. No Brasil, dados de uma pesquisa domiciliar coordenada pela Organização Pan-Americana de Saúde em 1997 indicam que, na cidade do Rio de Janeiro, apenas 4,5% da população declara ter uma arma de fogo em casa. Em São Paulo, dados mais recentes, de 2003, de uma pesquisa domiciliar realizada pelo Instituto Futuro Brasil, permitem calcular que apenas 2,5% dos domicílios têm alguém com arma em casa.

Neste ponto, a mídia tem tido papéis contraditórios. Se repete muito mais facilmente os argumentos dos ideólogos que se valem das fórmulas maniqueístas mais fáceis, tem também exercido uma função importante na pressão sobre os governos até mesmo iniciando ou acompanhando como verdadeiros investigadores vários crimes descobertos por jornalistas ou aprofundados por eles. Poucas matérias têm sido escritas sobre o fluxo ilegal das armas. Em 2003, reportagem de um jornal carioca apontava que, em sete anos, 10 mil teriam sido roubadas das Forças Armadas. Há poucos dias, o mesmo jornal publica, citando fonte oficial, que apenas 278 armas teriam sido roubadas entre 2000 e 2005.

Os estudiosos da violência, por sua vez, pouco afeitos aos suportes teóricos que enquadraram a discussão em outros países, vivem dilemas morais e ideológicos que os atormentam, ainda sob a hegemonia do paradigma marxista e a visão dicotômica da sociedade. Esses dilemas poderiam ser assim resumidos: como denunciar a violência de grupos internos às favelas e bairros pobres, rompendo com o ideal populista de um povo puro, oprimido pelas classes dominantes? A solução, muitas vezes não consciente, tem sido a de procurar culpados na classe média, sejam os usuários de drogas, sejam os pouquíssimos cidadãos que têm armas em casa. Os dados passam a ser contraditórios e pouco críveis. Alguns estudos apontam que, no Rio de Janeiro, 25,6% das armas de fogo que fo-

ram apreendidas pelas polícias entre 1981 e 2003, haviam sido registradas por proprietários legais. Em São Paulo, esses casos corresponderiam a 52% das armas apreendidas entre 2000 e 2003, segundo fontes oficiais das Polícias. Por último, pesquisa mais recente no Rio de Janeiro afirma que, das 44.437 armas apreendidas no Rio entre novembro de 1996 e abril de 1999, 72,9% eram pistolas e revólveres nacionais. Se há tanta contestação dos dados de homicídios, cujo registro é obrigatório e não implica em nenhum ganho para policiais corruptos, fornecidos pelas secretarias de segurança ou do SUS, pelos mesmos autores, como se pode tirar tantas conclusões a partir do depósito de armas da polícia? Seria necessário supor que, a partir das informações amplamente fornecidas por moradores de favelas, muitas armas ilegais chegam às mãos de traficantes via policiais corruptos. È o que eu ouço há vinte e cinco anos nas pesquisas realizadas em tais locais.

Outra simplificação ocorre, portanto, quando se diz que “é a posse e o porte de armas pelos habitantes da cidade (cidadãos), que as compram na ilusão de que se protegem, que está na raiz do problema”. De fato, a facilidade de obter armas, tanto no comércio legal como no contrabando, tem contribuído para o aumento dos homicídios e das lesões sérias nas vítimas de agressões. Mas os acidentes decorrentes da imprudência de manter uma arma em casa têm incidência muito baixa. Não se pode tampouco tomar o depósito da Polícia, conhecida pela sua ineficácia e minada pela corrupção, como o indicador do tipo de armas que prevalece entre os moradores da cidade. As mais poderosas, tecnologicamente superiores, mais caras e cobiçadas não vão para o depósito. Trocam de mãos no comércio clandestino que flui entre policiais e bandidos, assim como no tráfico ilegal que viaja clandestinamente em navios e caminhões nas trevas dos porões e das noites. Por isso mesmo, a guerra entre os comandos ocorre agora pelo domínio militar das favelas ao redor da Baía de Guanabara. As armas importadas, embora tecnologicamente superiores (foram feitas para guerras entre Estados e desferem dezenas de tiros em segundos), são consideradas le-

ves e podem ser carregadas por crianças. Essa revolução tecnológica nos armamentos tem sido amplamente utilizada, tanto nas guerras civis fratricidas quanto nos conflitos sangrentos entre quadrilhas e comandos do crime negócio. Muito mais atenção deve ser dada, portanto, ao tráfico ilegal e internacional de armas e à existência de paióis de armas nos enclaves militarizados pelos traficantes de drogas em muitas inacessíveis favelas brasileiras, onde a polícia tem grande dificuldade de entrar, sendo recebida à bala.

Estudos feitos recentemente nos Estados Unidos, procuram, por exemplo, correlacionar o tipo de arma com o tipo de crime. As armas utilizadas em pequenos roubos não são as mesmas que as exibidas de forma conspícuas nos assaltos feitos por quadrilhas, nos conflitos armados entre elas, e nos homicídios que equivalem a execuções. São estas as que mais preocupam, pois o seu desarmamento é mais duvidoso. Pois mais do que uma inclinação natural dos homens jovens pobres à violência, o que explica o aumento da taxa de homicídios nos locais onde vivem é a alta concentração de armas nestes locais. É isso que cria o que o criminologista Jeffrey Fagan da Universidade de Columbia chamou “ecology of danger,” Depois de entrevistar 400 jovens nas vizinhanças mais perigosas de Nova Iorque, descobriu que a violência se expandiu nessas vizinhanças entre 1985 e 1995 pelo contágio de idéias e posturas. Jovens que, de outra maneira, não andariam armados, passaram a fazê-lo para evitar serem vitimizados pelos seus pares armados, para impor respeito e para gozar do prestígio adquirido com a posse de armas.

Em muitas cidades americanas, policiais receberam orientações para um patrulhamento ou vigilância gun-oriented, ou seja, cujo objetivo era a apreensão de armas. Por isso, em Kansas City e Indianápolis, policiais uniformizados passaram a trabalhar horas extras para apreender mais armas nas vizinhanças mais perigosas, enquanto continuavam as atividades de praxe nas outras. Com isso, os crimes praticados com armas diminuíram 49% nas áreas alvo em Kansas City, 50% em uma área de Indianápolis que recebeu tal pa-

trulhamento extra. Em Charleston, South Carolina, fez-se experiência com um programa que oferecia prêmios a quem desse informações ou dicas sobre armas ilegais. Mas quase todas as cidades americanas montaram projetos de prevenção da violência com projetos voltados para os jovens, ao mesmo tempo em que modificavam a forma de abordagem e de investigação policiais.

Além disso, a marcante tendência à dicotomização de mundos – o dominante ou o marginal; o incluído e o excluído – abriu espaço para o que Habermas chamou de metafísica negativa, na qual o mundo do desviante, marginal ou divergente, é entendido e elogiado como a alternativa ao mundo oficial. As formas do distinto existente no mundo dos “marginais”, “bandidos”, “membros de gangues ou galeras e até mesmo quadrilhas de jovens violentos” foram apresentadas num discurso que estetizava a violência e que chegou a tomá-la como saída ou justificativa moral para a dominação, a exploração, a exclusão dos dominados, explorados e excluídos, ou, ainda mais simplesmente, como uma estratégia de sobrevivência deles. Acontece que este foco nas divisões impede o entendimento das pontes e passagens múltiplas, trocas contínuas e redes entrecortadas que articulam e que tornam, por exemplo a fronteira entre o legal e o ilegal, o público e o privado, sempre tão frágil num país como o Brasil em que a re-pública nunca se instaurou de fato. Hoje esses problemas são ainda mais claros no contexto de um planeta em processo de globalização, na qual a comunicação é cada vez mais rápida e generalizada, além de des-territorializada.

Quando se considera o contexto nacional e transnacional da cultura globalizada e do crime negócio, um fluxo de recursos - armas, drogas e até dinheiro - cuja fonte transcende a prática fatal dos adolescentes pobres, o escopo da análise tem que ser ampliado até incluir a organização transnacional dos cartéis das drogas e de outras mercadorias negociadas ilegalmente, além, é claro, das instituições locais - a polícia e a justiça. Entende-se então porque adolescentes pobres, em plena fase de fortalecimento da identidade masculina, aprendem rápido um novo jogo mortal para afirmá-la,

devido à facilidade de obter armas e ao fascínio de ganhar dinheiro fácil nas redes do crime negócio, dos quais o tráfico de drogas, não sendo o único, é um dos mais lucrativos.

As tentativas canhestras de justificar ou negar a violência perpetrada intra-classe e a defesa desse jogo mortal para tantos jovens pobres tornam-se cada vez menos aceitáveis. Impossível ignorar, nas interpretações pretensamente em defesa dos excluídos, a percepção do sofrimento que provoca a violência assim banalizada entre eles. Em qualquer lugar, é o limite do aceitável e o sentido da perturbação que caracterizam um ato como violento. As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor dos seus efeitos maléficos, seja em termos do sofrimento pessoal, seja em termos dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta. Além de polifônica no significado, ela é também múltipla nas suas manifestações. Do mesmo modo, o mal a ela associado, que delimita o que há de ser combatido, tampouco tem definição unívoca e clara. A questão é saber se existiriam valores não contextualizados, direitos fundamentais, valores universais, o que obrigaria a pensar sobre a violência pelo lado dos limites que tais valores e direitos imporiam à liberdade individual ou coletiva. Se são os pobres que veiculam suas dúvidas quanto à aplicação do conceito de direitos humanos apenas em relação aos que abusaram da sua liberdade em detrimento das posses e da vida de outros, então está na hora de colocar o foco no controle desses abusos, especialmente nos casos de homicídio e estupro, os que mais provocam sofrimento entre os pobres, e os menos investigados pela polícia.

Isso não quer dizer que se deva ignorar o fato de que no Brasil a polícia tem uma dupla face: o seu caráter autoritário, repressivo e violento “nunca hesitante em usar o chicote” para os pobres, destituídos ou excluídos (a “polícia de moleque”); a sua face prestimosa, condescendente e dócil em relação aos privilégios de classe e *status* (“a polícia de gente”). Por outro lado, a denúncia da repressão

policial, muito embora importante para tornar públicas as inúmeras violações dos direitos civis ou fundamentais, presentes na Constituição Brasileira de 1988, tomou tanto investimento que barrou em certa medida a formulação de projetos de reforma das instituições.

Criou-se, assim, um círculo vicioso das violações de direitos e da escalada da violência pela inércia institucional e a cegueira dos que elaboram políticas de segurança que não resolvem os problemas estruturais das principais instituições que as levam a efeito. O modelo tradicional de polícia repressiva, que não presta contas aos contribuintes cidadãos nem se livra dos mecanismos perversos que a faz privilegiar o pobre como o alvo de sua investigação e castigo, mas que também não investe na investigação e na eficiência na resolução dos crimes que mais afetam a população pobre, arrasta-nos para o poço cada vez mais fundo da violência societária e institucional irremediavelmente atreladas. Só depois de desfeito este nó pode-se pensar numa polícia comunitária que sirva a uma população local e preste contas de seus atos a ela.

Impressiona, até mesmo os que se defenderam com a couraça da indiferença, a facilidade com que os comandantes arregimentam jovens em várias favelas do Rio para suas guerras particulares. A liberdade de movimento desses chefes é também um acinte à inteligência dos moradores dessa cidade. Porque é evidente a conexão deste inusitado crescimento da violência entre os jovens pobres e as profundas transformações nas formas de criminalidade que se organizaram em torno de vários tráficos, inclusive o das drogas ilegais, e de inúmeros contrabandos, principalmente o de armas, dois negócios extremamente lucrativos que atravessaram fronteiras nacionais e que passaram a mobilizar as várias máfias transnacionais com seus agentes pertencentes a classes sociais superiores.

Muito se fala sobre as culpas e as responsabilidades, que preferencialmente recaem sobre a classe média carioca onde estariam os consumidores. Ledo engano. Os consumidores estão em todas as classes sociais de todos os estados brasileiros e não podem ser res-

ponsabilizados pelo modo de atuação das polícias nesse intrincado problema que mobiliza imensas verbas públicas no seu combate sem que se impeça o acúmulo de enormes fortunas privadas nem aqui nem no mundo. Há que entender o que representam esses negócios no funcionamento de um mercado livre de quaisquer limites institucionais ou morais, com que nem os mais liberais entre os liberais sonharam, justamente por transacionar mercadorias ilegais. As atividades econômicas ilegais, que não são poucas, por não terem controles institucionais, tendem a ser muito lucrativas para certos personagens estrategicamente posicionados em suas redes de contatos que atravessam fronteiras entre os estados brasileiros e as nações do mundo. Ora, com tanto lucro, ficou fácil corromper policiais, comprar apoio político, conseguir receptadores, encontrar alvejantes de dinheiro imundo e arregimentar jovens para morrer nas guerras recorrentes em que disputas são resolvidas à bala. Em todo o país.

A recusa em aceitar que novas formas de associação entre criminosos mudaram o cenário não só da criminalidade, mas também da economia e da política no país, atrasou em muito a possibilidade de reverter o processo. Deixou livre o caminho para o progressivo dismantelamento nos bairros pobres do que havia de vida associativa, tão importante no direcionamento de suas demandas coletivas. Deixou-se espalhar, entre alguns jovens pobres, um etos guerreiro que os tornou insensíveis ao sofrimento alheio, orgulhosos de infligirem violações ao corpo de seus rivais, negros, pardos e pobres como eles, agora vistos como inimigos mortais a serem destruídos numa guerra sem fim. Nessas condições, construir muros para cercar favelas é um disparate. Quem o iria construir no espaço dominado militarmente pelos traficantes armados? Se não autorizam nem mulher grávida a subir em ambulância, como garantir a integridade física dos construtores do muro que iria supostamente limitar seus movimentos? Das duas, uma. Ou a construção seria impossível, ou a reconquista do território dominado pelos traficantes tornaria essa construção desnecessária.

Teria este domínio militar dos traficantes e policiais corruptos que os acompanham abalado a civilidade dos moradores desta cidade, desenvolvida ao longo de décadas principalmente pelos seus artistas populares que passaram em conagração competitivo, mas amistoso, aqui, onde sambaram nossos ancestrais?

Outra interpretação preferencial dos que se apresentam como politicamente corretos é culpar a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que passou a ser difamada como a mais violenta do mundo. Mesmo que tenha havido manipulação de estatísticas nos últimos anos, seria impossível que essa manipulação anulasse os números apresentados por muitas outras cidades e regiões metropolitanas cujas taxas de homicídio são duas ou três vezes maiores do que a apresentada no município e RM do Rio de Janeiro. Estranha conclusão, já que os cariocas continuam sendo considerados simpáticos, afáveis e gentis. E como culpar uma cidade pelo que seus moradores não conseguem controlar?

Ora, as polícias do Rio de Janeiro ainda não realizaram as necessárias mudanças na sua forma de atuação. Em outra cidade tristemente famosa pelas guerras entre gangues durante os anos de proibição da venda de álcool e, mais recentemente, da venda de cocaína e heroína, isso aconteceu no início dos anos 90 com resultados evidentes no controle da violência entre as gangues, medida pela diminuição nas taxas de homicídio. Ali as unidades policiais encarregadas do crime organizado, dos narcóticos e das gangues mudaram a maneira de agir. Além de atuarem conjuntamente, montaram a estratégia que denominaram a “trama da esquina”. Depois de chegar à conclusão que não adiantava prender apenas o vendedor que ficava na esquina, que era sempre substituído por outro vendedor, configurando essa tarefa interminável de enxugar o gelo, adotaram novas formas de investigação para prender todos os envolvidos na atividade de venda dos narcóticos. Prisões simultâneas de quem passa a droga, quem pega o dinheiro dos vendedores, quem fornece a droga, quem avisa quando a polícia chega. Para isso, policiais disfarçados com a ajuda de informantes, passaram a vi-

sitar o ponto de venda na esquina para comprar a droga de todos os traficantes que ali negociam, enquanto outros observam, fotografam, fazem vídeo etc. Esse material constitui prova jurídica suficiente para colocar na prisão todos os envolvidos. Ou seja, o objetivo é prender todos os que atuam no negócio das drogas, usando a possibilidade de diminuir a pena pela denúncia de quem está mais acima na hierarquia. Nessa unidade atuam também representantes de outros órgãos federais: o DEA, FBI, CIA, cada um com seu representante. A unidade de narcóticos tem cinco times para investigar as atividades dos cartéis ali presentes: os colombianos, mexicanos, porto-riquenhos. Chicago tem cem mil membros em cerca de 220 gangues, quase todas envolvidas hoje com atividades criminais, especialmente o tráfico de drogas ilegais, ao contrário do que acontecia no passado, quando se dedicavam também a atividades recreativas e culturais. Levaram um século para ter algum controle sobre elas.

Além do controle e restrições ao comércio de armas, faça-se mister portanto um grande investimento público na formação dos jovens, marcados pela atração do prestígio adquirido via hipermasculinidade e via o poder conquistado pelos instrumentos que podem matar o rival. Esta formação deve retomar o processo civilizatório, que sofreu um grande retrocesso nas últimas três décadas. Portanto, deve estar voltada para a cidadania ou o etos civilizado. Além disso, a prioridade maior deveria ser a reforma urgente e absolutamente necessária das nossas forças policiais.